

A DEMOCRATIZAÇÃO DESENCANTADA: A CULTURA POLÍTICA NA ESPAÑHA PÓS-82

*PETER MCDONOUGH, SAMUEL G. BARNES,
ANTONIO LÓPEZ PINA, JOSEFINA FIGUEIRA-
MCDONOUGH**

A Espanha foi um caso de grande sucesso de democratização. Seu desempenho na superação de obstáculos como a reestruturação econômica e o separatismo regional reverteu sua reputação de volatilidade política. O novo regime tem-se apresentado como fonte de inspiração e mesmo como modelo para os países da América Latina e para as incipientes experiências na Europa Oriental e União Soviética despertando ainda considerável curiosidade nos países do Leste Asiático em processo de democratização. (McDonough, 1989, Shin, 1989).

Qualquer que seja seu potencial de exportação, a democracia na Espanha manteve-se por tempo suficiente – quase 20 anos agora – para proporcionar uma base empírica para medirmos o que sabemos e o que não sabemos sobre os ingredientes da democratização numa área chave da Europa. Focalizaremos o papel da cultura política na democratização – na evolução das

* Apresentado na Reunião Anual da Associação de Ciência Política Americana, Washington, 28/8 a 1/9 1991.

** Tradução de Anna Volochko.

características das linhas de conflito, tanto a curto quanto a longo prazo, *vis-à-vis* as mudanças institucionais e estruturais.

O modo de exposição não é ortodoxo. Passaremos da análise do que conhecemos com alguma certeza à exploração de padrões de democratização para os quais os modelos teóricos ainda precisam ser detalhadamente elaborados. Durante a última década e meia realizamos quatro *surveys* nacionais na Espanha, e nossos interesses se transformaram¹. À medida que fomos respondendo questões referentes a certos aspectos da democratização, outras questões foram surgindo.

Uma das preocupações dizia respeito aos âmbitos ou níveis de democratização e às possíveis ligações entre eles. Nossos primeiros *surveys* examinaram atitudes em relação aos aspectos políticos e econômicos da democratização – a legitimidade do novo regime em comparação com o anterior, e as questões de oportunidade e justiça econômicas. Uma característica crucial da transição espanhola, semelhante, ao curso da mudança em Portugal, Formosa, Coréia do Sul e em menor medida no Brasil, mas diferente dos eventos na União Soviética e Leste europeu, é a de que a transformação política não implicou revolução econômica. Reformas anteriores na política econômica associadas à prosperidade contínua ajudaram a fazer com que a transição ocorresse tranquilamente e enfraqueceram os apelos mais brutais à mudança social radical. A liberação foi compensadora.

Nossa pesquisa sobre o crescimento da legitimidade política e da percepção popular sobre o desempenho econômico produziu uma gama de resultados acerca das conexões entre a despolarização ideológica e a prosperidade. Os resultados são resumidos nas páginas seguintes. Essa linha de pesquisa também nos permitiu examinar uma esfera que não apresenta um rótulo tão conveniente quanto "política" ou "sócio-econômica" e que diz respeito à democratização do cotidiano, das micro-estruturas de autoridade consideradas privadas ou pessoais e não políticas no sentido convencional. Em certo sentido essa mudança de enfoque é inusitada; emerge de nossas pesquisas recentes e reflete a curiosidade sobre as infra-estruturas cotidianas da política com "p" pequeno, embutidas nas hierarquias locais, como a família (Walzer, 1988). Em outro sentido, entretanto, esse novo enfoque

¹A fonte primária da nossa análise são os quatro *surveys* realizados em 1978, 1980, 1984 e 1990; o número de entrevistados em cada um deles foi de aproximadamente 3.000.

retoma o início dos estudos sobre cultura política, com suas noções acerca da funcionalidade da coerência entre padrões micro-sociais de autoridade e formas macro-econômicas de organização (Eckstein, 1980). Se quisermos um rótulo para caracterizar a investigação desses hábitos e comportamentos protocolares e suas possíveis interrelações, pode-se usar o de "estudo da democratização cultural".

Outro conjunto de preocupações refere-se à característica dual da política de massas na Espanha, um paradoxo à luz da teoria democrática. Talvez o traço decisivo da democratização espanhola seja de quão pouco dramático o processo se tornou. Velhas ferocidades transformaram-se em moderação. A despolarização – virtual extinção da ideologia – instalou-se. Essa situação foi acompanhada entretanto, de uma fraca participação organizada da sociedade civil em organizações. A exigüidade da vida organizacional (militância) opõe-se às prescrições habituais para uma democracia saudável. A surpresa pela visível timidez de associativismo em instituições intermediárias conflui com nosso interesse pelo apego dos espanhóis às formas de socialização e hierarquia representadas pelos grupos primários tradicionais, como família e vizinhança.

DIMENSÕES DA DEMOCRATIZAÇÃO

A democratização pode ser sumariamente descrita como uma mudança bidimensional que compreende a liberalização política e o movimento rumo à equidade social. A abertura política – vista no mínimo como a deposição do que os americanos costumam chamar de "tirania" – e a redução das disparidades econômicas tendem a ser apresentadas mais como fenômenos que se reforçam mutuamente do que como uma série de etapas (Muler, 1988) ou, como costumava acontecer freqüentemente no século dezenove, como quase incompatíveis. (Bunce, 1990-91).

Consideradas em conjunto, todavia, essas mudanças, ainda abrigam certa ambigüidade. Por um lado, na vertente schumpeteriana, liberalização significa pluralismo. Propicia a liberação da competição entre as organizações – especialmente a competição eleitoral entre os partidos – sem alterar as estruturas hierárquicas no seio das instituições. (Lipset, 1960). Por outro la-

do, a formulação sugere a possibilidade de estender a prática democrática além dos domínios estritamente políticos e, talvez, dos sócio-econômicos (Marshall, 1968), até as esferas da sociedade tradicionalmente consideradas privadas.

Antes de nos aprofundarmos nesses gradativos desdobramentos, porém, vale a pena prestar atenção em dois outros aspectos da democratização política propriamente dita. Um deles envolve variações da descentralização territorial. Apesar da violência micronacionalista, o reconhecimento dos direitos das minorias nacionais progrediu na Espanha. As delicadas relações entre o nível central e o subnacional (regional) tem conseqüências práticas além de teóricas, uma vez que as democracias podem adotar formas institucionais relativamente centralizadas ou relativamente federativas. (Lijphart, 1989).

Outro aspecto essencial da democratização política é a participação, em especial o crescimento do associativismo em organizações intermediárias. A falta de associativismo na Espanha constitui um enigma para a teoria da democracia, como veremos. A parte da pesquisa aqui discutida relaciona-se mais estreitamente às questões de participação do que de descentralização.

Ambas essas questões da democratização – descentralização e participação – podem ser pensadas como componentes da diversificação da sociedade civil (Hindness, 1991). Análise mais detida dessa noção leva-nos a considerações sobre a extensão de normas e procedimentos democráticos a áreas que não são geralmente descritas como políticas, embora toquem a vida de muitos cidadãos.

Essa noção levanta, por exemplo, a questão da democracia no local de trabalho (Adamson, 1990). Traz também à baila as formas tradicionais herdadas de relações de poder em instituições de socialização cívica como a família. Os desdobramentos implícitos da democratização do cotidiano vão bem além do pluralismo como geralmente entendido e levantam a possibilidade de transformações, tanto nas hierarquias econômicas do industrialismo, quanto nas de algumas instituições primárias – a família hierárquica e de modo mais geral os papéis masculino e feminino – herdadas dos períodos pré-industriais. (Keane, 1991).

DEMOCRATIZAÇÃO E CULTURA DA POLÍTICA DE MASSAS NA ESPANHA

Alguns autores (Todd, 1985) argumentam que a estabilidade coletiva resulta de uma certa adequação entre a arquitetura das unidades sociais menores e as instituições políticas maiores. Entretanto, a evidência de uma relação *causal* entre micro-democracia – estruturas familiares democráticas ou organização de trabalho baseada na consulta, por exemplo – e a solidez da democracia quase inexistem em geral, e nada na teoria pluralista pressupõe que estruturas de autoridade em diferentes planos políticos e sociais devam ser uniformemente democráticas.

Nossa abordagem leva a sério as mudanças da política cotidiana que ocorre em organizações como a família. Mas nossa hipótese de trabalho é que a democratização nesses níveis íntimos se desenvolve como reflexo das correntes mais amplas da democratização política e econômica, ou a elas associadas. Por ora deixamos indeterminada a possibilidade de retro-alimentação do nível micro para o macro, ou de uma coerência nítida entre ambos (Hareven, 1991).

Também é necessário levar em conta um outro grupo de pressupostos, geralmente tidos como pré-condições e não elementos constitutivos da democracia. O crescimento econômico é visto em geral como necessário, ou pelo menos altamente desejável para a permanência da democracia. Tal resultado fornece uma recompensa utilitária para os riscos da democratização e produz em sua esteira uma série de transformações modernizantes, que presumivelmente favorecem sua consolidação (Lipset and Turner, 1987).

Algo mais nebulosas são as metamorfoses culturais que preparam o terreno para a democracia. Destas, a mais crucial é a despolarização ideológica: o afrouxamento dos laços que sustentam os antagonismos históricos. A suposição é a de que esse tipo de atenuação reduz a tendência a conflitos de soma zero e promove a tolerância e a negociação (Dahl, 1971). Na Espanha um exemplo clássico de tal nexos cultural tem sido a antiga superposição da crença religiosa e do conservadorismo, acompanhada do embricamento do secularismo com o anticlericalismo.

As "dimensões" da democratização acima catalogadas podem variar independentemente uma da outra. Provavelmente não existem casos de democratização onde todas as condições

propícias possíveis estejam maximizadas. Na prática, a natureza estocástica, com nexos fracos, da democratização, permite-nos tratar seus componentes de maneira modular. Ela também nos encoraja a buscar relações de reforço recíproco e dissociações flexíveis entre os níveis e domínios da democratização, sem insistir na busca de relações não reversíveis de causa e efeito. Neste trabalho nossa perspectiva é panorâmica. Estamos agora mais interessados em padrões combinatórios – alguns dos quais podem ser anômalos do ponto de vista da teoria da democracia – do que na causalidade.

MUDANÇA INSTITUCIONAL

Três diagnósticos rivais podem ser distinguidos quanto ao crescimento das instituições políticas na democracia. Um ressalta o crescimento da filiação a partidos políticos como um sinal vital da representação democrática (Converse, 1969). Os partidos são vistos como veículos indispensáveis para assegurar a responsabilidade das elites e a agregação de interesse. Identificação forte, mais ou menos confiável com os partidos fortalecem a estabilidade democrática.

Outra visão, neocorporativista, sustenta que os partidos políticos tornaram-se crescentemente marginais do ponto de vista do funcionamento das democracias contemporâneas e tendem a ser deslocados pela proliferação de grupos de interesse que podem ou não tornar as democracias mais administráveis (Berger, 1981; Maier, 1987).

Uma terceira perspectiva argumenta que tanto partidos pluralistas quanto organizações corporativas estão sucumbindo diante da mídia eletrônica como instrumentos de estruturação do eleitorado ou pelo menos sendo fortemente desafiados por ela (Kellner, 1991). Desse ângulo, o repertório de recursos típicos da organização política tem dado espaço a tecnologias menos palpáveis porém muito mais poderosas de persuasão de massas.

A primeira abordagem é direta, ligando o crescimento da filiação militante à consolidação da democracia. As duas outras perspectivas são reticentes, embora não uniformemente pessimistas, sobre o significado da expansão dos grupos de interesses

e dos meios de comunicação em grande escala para a democracia².

Nossos dados permitem testar de maneira aproximada as duas primeiras das idéias acima mencionadas. A tabela 1 mostra a porcentagem de espanhóis que declaram identificar-se com um partido político, que declaram pertencer a pelo menos uma organização voluntária, e que são membros de um sindicato. Os resultados não são encorajadores para o modelo pluralista nem para o modelo neocorporativista de desenvolvimento democrático.

TABELA 1
Envolvimento com associações na Espanha, 1978-90
(em porcentagem)

	1978	1980	1984	1990
Identificação com partido político	46	46	60	46
Filiação a 1 ou + associações voluntárias	36	27	36	30
Sindicalizados	12	8	5	5

Menos da metade dos espanhóis identificaram-se com algum partido político. A porcentagem cresceu até 60% em 1984, dois anos após o PSOE (partido socialista) ter assumido o governo. Mas por volta de 1990 caiu para 46%, a porcentagem de 1978. Igualmente, não mais de um terço dos cidadãos menciona ser membro de algum grupo voluntário. Por último a proporção de sindicalizados parece ter decrescido.

Embora seja difícil reunir números comparáveis para outros países, os níveis de envolvimento político parecem baixos em um país como a Espanha, que ocupa posição tão elevada em termos dos indicadores de desenvolvimento econômico, (Instituto Sindical de Estudios, 1989). A previsão da teoria democrática

²As teorias formam uma espécie de seqüência histórica. A ênfase nos partidos emergiu da ambivalência do pluralismo clássico. A visão neocorporativista é estreitamente identificada com a emergência de sociedades industriais avançadas na Europa Ocidental, operando de maneira keynesiana durante a década de 60 e nos inícios dos anos 70. (Berger, 1981, Meier, 1987). A vertente que acentua a preponderância dos meios tem um tom pós-moderno.

quanto ao aumento gradual da filiação a associações parece estar defasada, para dizer o mínimo (Barnes, McDonough e López Pina, 1989). A menos que se pretenda conceber o corporativismo como um sistema de orquestração econômica tipo pirâmide invertida, na qual a maioria das pessoas não está envolvida nem oficialmente representada, a diminuição da sindicalização diminui a credibilidade do rótulo de neocorporativista para a Espanha (Wilson, 1983).

Quanto à associação em organizações, embora o crescimento total tenha sido negativo – de 36 a 30% da população – resta saber se esse é um nível baixo de acordo com padrões nacionais. Uma suposição otimista, baseada em algumas informações, leva-nos a classificá-la como média-baixa (McDonough, Barnes, López Pina, 1984).

Em resumo, a sociedade civil espanhola não parece ter passado por um surto persistente de associativismo em seus anos democráticos.

MUDANÇA CULTURAL

Classificar tendências culturais como democráticas, ou não, é um exercício arriscado. À primeira vista, não levando em conta expectativas teóricas, a mensuração de fenômenos culturais pode parecer mais difícil do que a identificação de mudanças na vida associativa. Ademais, além das questões quantitativas, uma guinada para a esquerda ideológica não é evidentemente mais democrática do que a guinada para a direita. O associativismo aumenta ou diminui e descobrir o significado de tal alteração – se ela puder ser detectada – não é muito difícil. Mas a interpretação da direção de mudanças culturais é problemática.

Há duas maneiras complementares de abordar tais problemas. Uma é desistir de rotular mudanças como democráticas ou não democráticas e se concentrar na identificação das tendências no plano dos valores, em oposição ao das opiniões, supostamente mais superficiais. Qualquer que seja sua ligação com a democracia, as mudanças culturais revelam-se menos difíceis de captar do que estimativas de atividade associativa. O rótulo direita – esquerda é uma ilustração clássica de uma

orientação profundamente arraigada para a qual se dispõe de indicadores confiáveis.

Uma segunda estratégia adiciona peso teórico à descrição das diversas tendências, envolvendo o acompanhamento das mudanças nas *relações* entre indicadores culturais. Por exemplo, um arrefecimento, com o passar do tempo, na associação entre tendências específicas de comportamento ideológico (direita *versus* esquerda) e disposições religiosas sugeriria uma despolarização, o que tem por implicação a política de massas se tornar mais tratável. Mudanças desse tipo podem ser menos impactantes quanto às conseqüências futuras do que "mudanças de paradigmas"; mas são mais significativas do que meras flutuações das preferências em questões específicas consideradas uma a uma. São mudanças de parâmetros que representam alterações nas convenções pelas quais as pessoas vinculam grandes antagonismos ou os compartimentam. Refletem mudanças nas coordenadas dos mapas cognitivos que os cidadãos trazem para a política, uma reordenação das "clivagens" (Lipset and Rokkan, 1968).

A tabela 2 mostra as mudanças em estado bruto em uma seleção de indicadores isolados. Mostra a porcentagem de espanhóis que mencionam a filiação a uma determinada religião. Também mostra a sua posição média numa escala ideológica que varia da esquerda para a direita, em escalas semelhantes que avaliam a satisfação com "a maneira pela qual a democracia está funcionando", com o governo atual e com o regime de Franco.³

TABELA 2

Indicadores culturais e políticos, Espanha, 1978-90 (em porcentagem)

	1978	1980	1984	1990
Filiação religiosa	78	78	88	88
Posição média no contínuo esquerda-direita	4,4	4,5	4,6	4,4
Satisfação média com funcionamento da democracia	4,5	4,2	5,5	5,6
Satisfação média com o governo	4,5	4,2	5,4	5,5
Satisfação média com os 10 últimos anos do regime de Franco	3,6	3,7	4,1	...

³ Para a escala esquerda-direita, 1 = esquerda... 10 = direita. Para a escala de satisfação, 1 = insatisfeito... 10 = satisfeito.

Não se verifica mudança significativa, em média, na religiosidade ou no posicionamento direita – esquerda. Cerca de 8 entre cada 10 espanhóis afirma ser "religioso", porcentagem que parece ter aumentado um pouco em relação ao ano de referência. Ideologicamente os espanhóis parecem tender ligeiramente para o centro-esquerda⁴.

Em contraste dois outros indicadores culturais exibem mudança significativa. A satisfação com o governo aumentou, em média, na transição do governo da UCD (centro-direita) dos primeiros dias da redemocratização ao do PSOE de centro-esquerda. A satisfação com a democracia – uma medida que na realidade mede a legitimidade do regime mais do que o apoio a um governo específico – apresenta a mesma tendência crescente (McDonough, Barnes and López Pina, 1986b)⁵.

Essas tendências e ausência de tendências parecem ser favoráveis à consolidação da democracia. A persistência de níveis elevados de religiosidade somente implicariam uma contra-tendência antidemocrática à luz de certas teorias simplistas sobre o caráter saudável das conexões entre secularização e democracia (Wilson, 1982).

Ainda assim, os resultados estão longe de ser auto-explicativos. A tabela 3 revela algumas das suas implicações, a partir de uma perspectiva um pouco mais complexa. As correlações entre os indicadores culturais são aqui apresentadas.

Os dados mostram uma despolarização gradual embora não constante. As correlações da primeira linha relativas a 1978 e 1980 lembram as associações freqüentemente relatadas entre religiosidade e orientação esquerda-direita em outros países latinos – Itália e França, por exemplo – com história de conflitos clericais *versus* seculares. Durante os anos 80, essas correlações, embora positivas, mostraram marcante declínio.

⁴Nota para a ambigüidade na religião; Pérez Díaz (1991a).

⁵O aumento evidente das memórias positivas do regime de Franco é espúrio. À medida que dele nos afastamos no tempo cada vez menos espanhóis têm lembranças do regime fascista; e aqueles que as têm tendem cada vez mais a constituir um grupo diminuto de espanhóis mais velhos e conservadores.

TABELA 3

Evolução das associações entre religiosidade, posicionamento esquerda – direita, apoio ao governo e satisfação com a democracia, 1978 – 1990.

	1978	1980	1984	1990
(religiosidade, esquerda – direita)	0,45	0,51	0,42	0,29
(esquerda – direita, satisfação com a democracia)	0,20	0,10	-0,13	-0,13
(religiosidade, satisfação com a democracia)	0,20	0,11	0,00	0,01
(esquerda-direita, apoio ao governo)	0,30	0,24	-0,29	-0,24
(religiosidade, apoio ao governo)	0,30	0,20	-0,03	0,03

Essa evidência, por si só sugestiva embora não persuasiva, adquire ressonância conceitual em conjunção com padrões adjacentes de associação e atenuação. Neste caso, a mudança nas correlações entre orientação esquerda-direita e apoio ao governo de positivas para negativas, sem alteração importante na magnitude geral das correlações, *não* reforça a hipótese de despolarização geral; essa reversão é facilmente explicável como reflexo conjuntural da mudança de um governo de centro-direita para um governo de centro-esquerda. Mesmo neste caso o tamanho modesto dos coeficientes, independentemente de seus sinais, indicam, para começar, um grau muito baixo de polarização entre partidos como encarnações de alternativas ideológicas.

A diminuição da associação entre religiosidade e apoio ao governo e ao regime fornece evidências mais convincentes da redução dos antagonismos culturais. A partir de 1984, simplesmente não se encontra mais associação entre sentimento religioso e qualquer das orientações políticas. Na Espanha, a religiosidade parece ter pouco a ver, de uma maneira ou de outra, com as atitudes populares em relação à democracia ou ao governo.

Pode-se também detectar um padrão sutil, porém significativo, na conexão entre o posicionamento esquerda-direita e o apoio ao governo e ao regime. Como já observamos o nexo

entre o posicionamento esquerda-direita e a satisfação com o governo é modesto, porém consistente. A correspondente conexão entre o posicionamento esquerda-direita e satisfação com a democracia torna-se mais fraca, indicando um certo grau de separação entre o apoio ao governo e o apoio mais amplo ao sistema. Na Espanha, a democracia é ideologicamente muito menos controversa do que costumava ser.

Supõe-se que variáveis tais como "posicionamento esquerda-direita" e "religiosidade" sejam genéricas, com a vantagem de possibilitar comparações transnacionais. Também podem ser bastante abstratas, com uma certa imprecisão de significado. Uma maneira complementar de perceber as mudanças na ordem simbólica da política de massas é pela popularidade de figuras concretas investidas de carga cultural. O papel do Rei Juan Carlos como âncora psicológica foi bastante visível durante a transição democrática. Alterações no grau em que figuras proeminentes são associadas a vagas *tendências* esquerdistas e direitistas ajudam a tornar visíveis as mudanças nos padrões de polarização.

As três tabelas seguintes examinam a ressonância da popularidade dos personagens maiores na cultura política espanhola. Começamos com a tabela 4 que apresenta a popularidade média de 7 dessas figuras com o passar do tempo.

As personalidades cobrem o espectro da esquerda à direita. Além do rei, cuja popularidade é a maior, acompanhamos a popularidade de Adolfo Suárez, líder da hoje defunta UCD e primeiro-ministro da monarquia constitucional durante o período de transição, e de Felipe González, líder do PSOE e presidente desde 1982. A popularidade de líderes mais à esquerda (Santiago Carrillo, antigo chefe do Partido Comunista) e mais à direita (Manuel Fraga Iribarne, antigo chefe da direitista Aliança Popular) foi estimada nos três primeiros *surveys*. Também avaliamos, a partir de 1980, as percepções sobre João Paulo II, que assumiu o papado em 1979, e no *survey* mais recente, a popularidade de Mikhail Gorbachev.

TABELA 4
 Popularidade média (1 = baixo... 10 = alta) das figuras políticas
 na Espanha, 1978 - 1990.

	1978	1980	1984	1990
Rei Juan Carlos	6,4	6,5	8,0	7,6
Adolfo Suárez	5,4	5,1	5,4	4,4
Felipe González	5,6	5,5	6,5	5,7
Manuel Fraga Iribarne	3,3	2,9	3,7	-
Santiago Carrillo	4,3	3,9	3,3	-
Papa João Paulo II	-	6,8	6,9	6,2
Mikhail Gorbatchev	-	-	-	6,2

Isoladamente as médias são de interesse sobretudo documental. Suárez, assim como Fraga e Carrillo, diminuíram sua presença na cena nacional. A popularidade de González permanece alta, embora um pouco menor do que no início de seu mandato. Depois do rei, o papa João Paulo II parece ser a figura mais popular na Espanha. Os tempos não favorecem a coerência ideológica. A popularidade do papa empata com a do líder da União Soviética.

A tabela 5 apresenta a correlação entre essas mesmas personalidades e estimativas mais amplas: satisfação com a democracia, apoio ao governo e satisfação com o regime anterior. Por trás dos coeficientes encontram-se lições importantes sobre a evolução da cultura política espanhola.

Alguns dos padrões mais significativos dizem respeito à figura do rei. Como Adolfo Suárez, ele foi positivamente associado ao novo regime e, de forma apreciável, porém declinante, com o regime de Franco. O rei agiu como um pára-choque durante a histórica transição do autoritarismo para a democracia. Sua presença, personalidade e comportamento serviram para reduzir o potencial de confronto radical entre os dois sistemas.

TABELA 5
 Correlações entre Figuras Políticas e
 1. Satisfação com a democracia;
 2. Apoio ao governo e
 3. Satisfação com o regime de Franco, 1978 - 1990

	1978			1980			1984			1990	
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2
Rei	.35	.42	.41	.36	.43	.37	.25	.25	.15	.28	.28
Suárez	.43	.53	.40	.41	.54	.43	.21	.16	.06	.11	.08
González	.25	.26	-.02	.32	.36	.00	.49	.67	-.19	.45	.65
Fraga	.17	.22	.48	.11	.18	.52	-.09	-.21	.52	-	-
Carrillo	.11	.04	-.21	.21	.16	-.25	.16	.21	-.02	-	-
Papa	-	-	-	.19	.32	.48	.02	-.01	.45	.11	.10
Gorbachev	-	-	-	-	-	-	-	-	-	.18	.10

A imagem centrista do rei contrasta com a imagem direita de uma figura como Fraga Iribarne, que na percepção popular nunca esteve muito associado com a democratização, ou mais precisamente com o grupo mais jovem das elites democratizantes ao qual pertence o rei. A associação de Fraga ao velho regime permaneceu forte (0,52) em 1984, ao mesmo tempo em que a mesma correlação para o rei caía para 0,15.

Quanto a Felipe González, o que mais chama a atenção é sua imagem de neutralidade ou a leve associação negativa ao velho regime. González é claramente identificado com o centro-esquerda moderado, instrumental.

A tabela 6 estende a análise das correlações às ligações entre essas figuras, o posicionamento esquerda-direita e a religiosidade. O padrão de despolarização salta à vista.

TABELA 6
 Correlação entre Figuras Políticas e
 1. Posicionamento Esquerda – Direita e
 2. Religiosidade, 1978 – 1990.

	1978		1980		1984		1990	
	1	2	1	2	1	2	1	2
Rei	.43	.36	.39	.36	.12	.23	.06	.28
Suárez	.44	.35	.46	.38	.08	.10	.12	.08
González	-.14	.02	-.07	.00	-.33	-.04	-.25	.04
Fraga	.52	.34	.56	.35	.60	.30	–	–
Carrillo	-.36	-.17	-.37	-.26	-.39	-.31	–	–
Papa	–	–	.52	.56	.44	.56	.31	.54
Gorbachev	–	–	–	–	–	–	-.01	.01

Com o decorrer do tempo a popularidade do rei, que permaneceu alta em termos absolutos, tornou-se menos dependente de tendências ideológicas conservadoras. A queda é linear, de 0,43 em 1978 a 0,39 em 1980, 0,12 em 1984 e 0,6 em 1990. Uma das maiores causas da atenuação da relação entre a popularidade do rei, a nostalgia de direita e o revanchismo foi o forte apoio que ele demonstrou ao novo regime durante a tentativa de golpe de 1981. O rei passou a ser visto não apenas como uma ligação com o passado, mas como um defensor da democracia.

Talvez de importância semelhante tem sido a constância da separação entre sentimento religioso e a imagem de Felipe González. Ele é obviamente identificado à esquerda genérica, versátil. Conseguiu diferenciar-se da direita religiosa bem como da esquerda esquemática. Evitou envolvimento com o esquerdismo libertário, do estilo anos 60, ao mesmo tempo em que evitou o conservadorismo moral. O manto de reformismo sóbrio e de secularismo como imparcialidade, ajudou González a introduzir uma legislação pró-capital que um partido claramente conservador não teria conseguido com a mesma facilidade.

Em suma, a política simbólica ficou em segundo plano em relação ao pragmatismo econômico. Talvez a característica do novo regime que mais chama atenção é essa separação entre a política econômica e rigidez ideológica. Esse aspecto será explorado na próxima seção.

A CULTURA DA ECONOMIA POPULAR

Se as mudanças na cultura política espanhola têm uma linha básica, ela consiste na substituição de uma perspectiva da soma zero pela flexibilidade no tratamento das questões políticas. Essa maturação afirmou-se em parte como uma reação ao derramamento de sangue na Guerra Civil. A amarga experiência convenceu as elites de que os benefícios da acomodação são maiores do que os custos do confronto (Gunther, Sani, Shabad, 1986; Lannon e Preston, 1990). A prosperidade contribui para a flexibilidade política. O desenvolvimento estrutural, que começou no início da década de 60, transformou o país numa das doze maiores economias industriais do mundo e num membro pleno da Comunidade Econômica Européia. A Espanha está em posição mais favorável do que países como a Argentina ou o Brasil, sem mencionar os do bloco soviético, nos quais a deterioração econômica impediu os esforços de democratização.

Como gerador de apoio para o novo regime o crescimento econômico teve três componentes. O primeiro é sua dimensão e rapidez. O segundo é a impressão de equidade a ele associado, isto é, o sentimento de justiça relativa decorrente das comparações interpessoais, da competição na aquisição de bens, que os espanhóis fazem entre si. O último envolve avaliações intertemporais das condições atuais à luz das lembranças do regime de Franco ou do que a ele se atribui.

A tabela 7 resume as percepções em relação aos 3 componentes do crescimento econômico. Perguntou-se aos espanhóis se eles achavam que as condições econômicas tinham melhorado, permanecido iguais ou piorado para a classe trabalhadora, a classe média e a classe alta. Indagações semelhantes foram, feitas em 1984 e 1990 e referiam-se inicialmente a "dos anos 1982 para cá" – em outras palavras, desde o início do governo socialista – e depois em comparação aos últimos 10 anos do governo de Franco."

TABELA 7

Percepções da situação econômica da classe trabalhadora, classe média e classe alta desde 1982, e em comparação ao regime de Franco, 1984 e 1990 (em porcentagem).

	1984	1990
Melhorou desde 1982		
classe trabalhadora	18	65
classe média	13	56
classe alta	32	72
Melhorou em comparação com a situação sob Franco		
classe trabalhadora	47	73
classe média	34	65
classe alta	33	73

Os primeiros resultados foram promissores, embora não espetaculares, para o governo do PSOE. Em 1984, poucos espanhóis achavam que a situação de qualquer uma das classes tivesse melhorado muito sob o governo socialista quando a comparação se limitava ao passado imediato. Ao contrastar com a situação sob Franco, porém, um número muito maior julgava que as condições econômicas tinham melhorado, especialmente para a classe trabalhadora. A alteração do quadro de referência para estabelecer um contraste entre os dois regimes favoreceu a liderança democrática e mostrou que, apesar de muitas reclamações, o novo sistema tinha uma grande reserva de legitimidade⁶. Mesmo nesses termos, entretanto, as respostas favoráveis eram minoritárias.

Em 1990, depois de oito anos de governo do PSOE, o clima político tinha mudado dramaticamente. Quando a comparação se refere aos anos a partir de 1982, já não prevalece mais a sensação de uma melhoria nula ou tão pequena. Pelo contrário, a grande maioria concordava que todas as classes – 62% da classe trabalhadora, 56% da classe média e 72% da classe alta – estavam melhor. Quando se compara com os anos sob o regime de Franco, a melhoria percebida é ainda maior.

⁶Comparar Remmer (1990).

A sensação de sentir-se em melhor situação econômica é generalizada. Seria difícil imaginar uma base de apoio mais ampla para o governo socialista, e para a democracia espanhola, do que o crédito político construído a partir do desempenho econômico⁷.

Entretanto seria simplista concluir que esses números falam por si mesmos. Várias questões podem ser levantadas. Em primeiro lugar: será verdade que as considerações econômicas são mais importantes que as questões simbólicas como fatores de apoio ao governo e de satisfação com a democracia? Em segundo: que "considerações econômicas" estão atuando? Referem-se elas à experiência cotidiana? Há preferência por certas políticas econômicas? Há percepção das condições econômica de forma global (Lewis-Beck, 1987)?

A resposta para a primeira pergunta é positiva: as percepções relativas ao desempenho econômico determinam em grande parte o posicionamento em relação ao governo, mais fortemente do que o posicionamento em questões de princípios ou preferências em relação a controvérsias simbólicas como as relativas à religião. Estas últimas não são questões de todo irrelevantes, mas são determinantes fracos de apoio ou oposição ao governo em comparação com os cálculos acerca da economia (McDonough, Barnes e López Pina, 1986a).

A resposta para o segundo grupo de perguntas é mais complexa. Os espanhóis, assim como os americanos, baseiam seus julgamentos sobre o governo mais no seu conhecimento de quão bem ou mal a economia como um todo está se comportando do que por referência à sua experiência pessoal imediata. De fato, isso pode ser menos surpreendente na Espanha do que nos Estados Unidos, onde, ao que se supõe, o legado de um individualismo arraigado é poderoso. Na Espanha, a tradição estatista permanece forte e provavelmente os cidadãos estão acostumados a ver o sistema econômico como um organismo coletivo por cuja sanidade o governo tem grande responsabilidade.

O que pode ser igualmente sintomático da desideologização da política na Espanha é a tendência de os espanhóis avaliarem o governo mais quanto ao *desempenho* econômico do que por suas posições a favor ou contra questões de *política* econômica. Embora a arena econômica não seja consensual, há

⁷Ver entretanto Campos e Alvarez (1990).

amplios entendimentos sobre os limites da política econômica. Ao se apropriar de muitos dos programas do centro-direita o PSOE embaralhou as divisões ideológicas tão efetivamente quanto o fizeram os tecnocratas da Opus Dei durante o regime de Franco, quando jogaram fora os modelos neomercantilistas de desenvolvimento autocrático. Décadas de inventividade e senso de oportunidade esgotaram muito do significado das categorias "progressismo" e "conservadorismo econômico". Avaliações retrospectivas de desempenho a respeito das questões econômicas passam a ser mais importantes do que pontos de vista caracteristicamente esquerda-*versus*-direita em relação a questões econômicas (Fiorina, 1981).

Quando todas essas tendências são consideradas em conjunto, pode parecer que a cultura política tenha sido extirpada da política espanhola. Indubitavelmente, a Espanha vem assumindo o contorno e a roupagem de uma sociedade industrial qualquer. O governo González tem repetidamente zombado das pretensões de *pensadores* grandiloquentes e políticos jactanciosos. O fato de fatores econômicos pesarem mais do que considerações simbólicas, e que no geral a ideologia, tanto econômica quanto religiosa, seja menos importante do que o desempenho material, proporciona evidências da debilidade da cultura política enquanto obscurantismo e atavismo religioso.

Isso entretanto não confirma a eliminação *tout court* de distintas tradições políticas. A interrelação entre cultura e "racionalidade" não é uma gangorra ou um jogo de soma zero. Consideremos os dados da tabela 8. No seu estudo sobre a consciência de classe nos Estados Unidos, os Jackman (1983) investigaram a aceitabilidade da diferença de renda. A tabela 8 mostra as respostas obtidas no trabalho original cruzada com a classe social dos entrevistados. As duas subtabelas apresentadas a seguir dão os resultados de nossa repetição das mesmas perguntas nos *surveys* de 1984 e 1990 na Espanha.

Os resultados nos dois países são semelhantes em dois aspectos. A categoria modal é centrista em ambos os países: "alguma diferença de renda". Ademais, dentro de cada país, a conexão entre classe e preferência segue o padrão esperado. Entrevistados da classe mais baixa, tanto espanhóis quanto americanos, expressam visões relativamente igualitárias. Apesar disso, os países divergem marcadamente. "Grandes diferenças" são mais aceitáveis nos Estados Unidos; "praticamente nenhuma diferença"

é uma resposta mais freqüente na Espanha. A variação entre os dois países quanto a diferença de renda aceitáveis é maior do que a variação entre classes dentro deles.

TABELA 8

Diferenças Desejáveis de Renda por Classe Social, Estados Unidos (1975) e Espanha (1984 e 1990), (em porcentagem).

Estados Unidos, 1975			
	classe trabalhadora	média	alta
grande diferença	26	32	49
alguma diferença	56	58	42
praticamente nenhuma diferença	12	8	7
não sabe/sem resposta	6	2	1
Espanha, 1984			
	classe trabalhadora	média	alta
grande diferença	3	4	7
alguma diferença	65	69	68
praticamente nenhuma diferença	31	26	24
não sabe/sem resposta	2	1	1
Espanha, 1990			
	classe trabalhadora	média	alta
grande diferença	7	11	17
alguma diferença	60	63	64
praticamente nenhuma diferença	29	23	17
não sabe/sem resposta	4	3	2

Um discurso distributivista, semi-populista, ainda é comum na Espanha. Essa inflexão cultural é compreensível dada a história de pobreza do país e disparidade econômica e à luz da tradição centralizadora do Estado (Veliz, 1980). A orientação populista mostra uma mudança sugestiva, embora não substancial, entre 1984 e 1990. Houve um claro aumento na tolerância a "grandes diferenças" de renda, embora elas não se aproximem do *status* normativo de que gozam nos Estados Unidos.

Para as finalidades deste trabalho a lição é a de que regularidades transnacionalmente comparáveis são filtradas pelos contextos culturais que se cristalizam a partir de histórias diferentes. Os mapas cognitivos por meio dos quais tanto espanhóis quanto americanos traçam os caminhos entre a economia e a política são "racionalis" no sentido de que considerações sobre o desempenho econômico figuram proeminentemente nas avaliações sobre o governo – mais, via de regra, do que questões simbólicas (Lewis-Beck, 1987). Ao mesmo tempo, o próprio âmbito da economia está envolto em normas culturais. Assim como a ética individualista tende a ser hegemônica nos Estados Unidos, a retórica do igualitarismo social e da responsabilidade do governo pela administração econômica é mais do que uma convenção residual na cultura política da Espanha.

POLÍTICA SIMBÓLICA

Duas maneiras de recortar os dados guiaram a análise acima. Dividimos as questões em econômicas e simbólicas. No domínio do econômico, foi introduzida uma divisão posterior entre avaliações do desempenho material no agregado e a percepção das condições individuais. Uma distinção análoga pode ser feita no domínio do não-econômico: entre questões simbólicas que têm ressonância pública e as que têm alcance menor, quase privado. A distinção tem importância na extensão das formas e procedimentos democráticos de organizações voluntárias e grupos comunitários próximos à casa. Pode não haver uma relação específica entre preferências e percepções a cerca de políticas referentes a questões simbólicas e noções sobre moralidade individual, por exemplo. A democracia pública pode coexistir com a hierarquia privada.

A tabela 9 sugere que os espanhóis abrigam orientações diferentes em relação à esfera pública, entendidas como graus de satisfação com o governo e com a democracia, por um lado, e em relação à satisfação em áreas que afetam a qualidade de vida, tais como o trabalho e a família. Em média, os sentimentos sobre a família são mais positivos do que os relacionados ao trabalho ou à política.

Entretanto, por mais surpreendentes que sejam, essas diferenças são por si só inconclusivas. Os espanhóis contentes com sua vida familiar, também podem ter sentimentos positivos em relação à esfera pública e vice-versa, mesmo que mantenham os dois âmbitos em planos diferentes. Neste caso, pelo menos em termos relativos, "o pessoal" e o "político" tendem a caminhar juntos.

TABELA 9

Satisfação Média (1 = baixa... 10 = alta), entre os 4 domínios, 1990.

Família	8,2
Trabalho	6,9
Democracia	5,6
Governo	5,5

Mas as esferas no caso são distintas (com algumas exceções reveladoras que serão logo mencionadas tanto no sentido absoluto quanto no relativo. Por exemplo, não só as atitudes em relação ao aborto não têm nenhum efeito prático de apoio ou oposição ao governo – algo a esperar se houvesse a predominância de questões econômicas sobre as simbólicas na formulação das avaliações políticas – como também as preferências em relação ao aborto têm pouca conexão com a satisfação com a família e outras questões supostamente privadas. A questão do aborto tem pouco vínculos para cima ou para baixo. Em resumo, o padrão de dissociação entre questões simbólicas e pessoais corresponde à diferenciação que os espanhóis fazem entre as percepções das condições macro-econômicas e suas próprias condições econômicas pessoais.

Isso é, entretanto, apenas um esboço. Sua qualificação requer o reconhecimento de várias nuances. Em primeiro lugar, as atitudes sobre questões morais e simbólicas – legalização do aborto, direito dos homossexuais, e outros – estão de fato mais associadas com posicionamentos direita-esquerda do que preferências sobre questões de política econômica. Ainda assim, todo esse conjunto de orientações ideológicas liga-se muito debilmente com as avaliações do governo ou do desempenho econômico. Por isso, as conseqüências políticas de tais questões tendem a ser marginais. O posicionamento sobre questões morais pesa mais do que as preferências sobre política econômica como

elementos estruturadores das tendências para a direita ou para a esquerda. Mas esse tipo de ideologia constitui algo como um fantasma cultural, comparado à influência de avaliações das condições econômicas na atitude em relação ao governo e certamente em relação ao sistema político.

Em segundo lugar, as atitudes sobre a política no campo da moral em geral estão separadas da satisfação ou insatisfação que os espanhóis experimentam em relação a sua vida familiar. Com certeza a situação dos indivíduos no mercado de trabalho afeta suas preferências nessas questões.

Por exemplo, mulheres que trabalham tendem a ser mais favoráveis à legalização do aborto do que mulheres que permanecem em casa. Mas nenhuma dessas condições ou atitudes se relaciona com o grau de apoio ao governo.

Terceiro, o posicionamento com respeito a um tema crítico contradiz parcialmente a dissociação entre as esferas pública e privada. Respostas do tipo concordância-discordância à afirmação de que "a melhor coisa para a mulher é se ocupar das tarefas domésticas" mostra uma relação modesta mas significativa não apenas com respeito aos dados sobre a satisfação com a família, mas também com respeito à oposição ao governo. Embora não esmagadoras, ambas as associações persistem em meio a fatores geralmente mais fortes envolvidos na satisfação com a família e com a política.

À primeira vista, o padrão parece ser surpreendente. A questão do aborto parece ser a mais quente. Mostra uma polarização maior do que a dos direitos da mulher em geral. Entretanto, é a oposição mulher em casa/mulher no trabalho a que afeta tanto a popularidade do governo quanto a satisfação na família, o que não se verifica em relação à controvérsia sobre o aborto.

O que provavelmente está em jogo nessas questões femininas "genéricas" é a defesa de um poderoso emblema de um modo de vida. A participação das mulheres na força de trabalho ainda é pequena na Espanha, embora crescente, comparada a outros países industrializados. A família, enquanto o altar da domesticidade feminina, reverbera mais do que a questão do aborto com as tradições da velha Espanha em face da aceleração da modernização. Uma das questões simbólicas mais fortes na Espanha é o papel feminino tradicional e a família como o

santuário de um modo de vida ameaçado. Essa questão faz a ponte entre o público e o privado.

O QUEBRA-CABEÇA DA VIDA ASSOCIATIVA

Documentamos uma tendência que segundo a maioria das explicações teóricas favorece a democratização e outra que talvez seja menos benigna do ponto de vista da institucionalização da democracia. A polarização ideológica entre direita e esquerda parece estar se dissolvendo na Espanha. A participação em associações voluntárias, entretanto – unidades fundamentais do comprometimento democrático – parece estabilizada, senão em descenso.

Contamos apenas com alguns dados esparsos para situar a Espanha em um contexto transnacional e, assim, para avaliar o suposto "nível reduzido" de sua vida organizativa segundo padrões empíricos (Di Palma, 1970). Todavia, algumas informações internas podem ser reunidas de modo a se traçar um perfil da participação em organizações. Essas informações são provenientes de duas fontes. A primeira são os relatórios de filiação a organizações voluntárias mencionados no início da análise. A outra são as respostas à questão sobre quão próximo ou distante os espanhóis sentem-se em relação a seus vizinhos.

Esses indicadores associativos não são relacionados entre si; pertencer a uma organização e laços de vizinhança variam independentemente um do outro. Ligações com a vizinhança e associação a uma organização voluntária não precisam, é claro, ser mutuamente exclusivas, mas tampouco um fenômeno parece influenciar o outro.

O segundo padrão é o seguinte: laços de vizinhança e filiação a associações apresentam tendências opostas quando analisadas de acordo com a idade, escolaridade, classe social, etc. As tendências pertinentes são mostradas na tabela 10.

TABELA 10
Laços de vizinhança e filiação a associações voluntárias por idade, educação, classe e local de residência, controlado por gênero, 1990 (em porcentagens).

Relatos de "relações muito próximas" com vizinhos, por idade.							
	16-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70+
Homens	10	13	12	16	26	26	28
Mulheres	13	12	13	20	30	31	34
Filiados a uma ou mais associações voluntárias, por idade.							
	16-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70+
Homens	39	39	48	51	36	34	19
Mulheres	22	30	33	28	24	16	15
Relatos de "relações muito próximas" com vizinhos, por escolaridade.							
	nenhuma	primário incompleto	primário completo	secundário	superior		
Homens	21	28	24	11	13		
Mulheres	28	30	22	26	9		
Filiados a uma ou mais associações voluntárias, por escolaridade.							
	nenhuma	primário incompleto	primário completo	secundário	superior		
Homens	17	26	35	46	57		
Mulheres	13	14	25	35	39		
Relatos de "relações muito próximas" com vizinhos, por identificação de classe.							
	Classe trabalhadora		média	alta			
Homens	22		17	11			
Mulheres	23		23	15			
Filiação a uma ou mais associações voluntárias, por identificação de classe.							
	Classe trabalhadora		média	alta			
Homens	32		43	53			
Mulheres	20		28	34			
Relatos de "relações muito próximas" com vizinhos e filiados a uma ou mais associações voluntárias, por população do local de residência.							
	200a	a	a	a	a	a	mais de
	2.000	5.000	10.000	30.000	50.000	200.000	1.000.000
relações próximas	31	25	24	22	19	21	14
filiados	19	28	28	28	42	32	35

Como era de se esperar, os espanhóis que vivem em cidades pequenas tendem a sentir-se mais próximos de seus vizinhos do que os que vivem em cidades grandes. O mesmo ocorre para as mulheres, que permanecem em casa mais frequentemente do que os homens. Algo surpreendente é o declínio nas "relações com a vizinhança" com o aumento da escolaridade, tanto para homens quanto para mulheres.

As configurações mais reveladoras são produzidas pela justaposição de regularidades associadas a laços de vizinhança que parecem lugares-comuns a tendências invertidas associadas à filiação em organizações voluntárias. Espanhóis da classe trabalhadora tendem a sentir-se mais próximos de seus vizinhos do que os de classe alta. Ao mesmo tempo os espanhóis pertencentes às camadas sociais mais elevadas tendem a filiar-se com mais frequência a organizações voluntárias. Em termos simplistas: espanhóis de classe baixa têm amigos e vizinhos; espanhóis de classe média e alta têm colegas e associados. O padrão recíproco sustenta a plausibilidade da síndrome da "força das ligações fracas" (Granovetter, 1976): a tendência das redes secundárias a se expandir independentemente, se não à custa, das ligações primárias.

Variações significativas também emergem desse padrão inicial. Os laços de vizinhança aumentam com o tempo. É problemático determinar que parte desse aumento pode ser associado ao ciclo de vida e que proporções podem ser atribuídas a diferenças geracionais mais permanentes, embora a mobilidade maior dos mais jovens confira peso à interpretações que enfatizam uma genuína mudança histórica. Qualquer que seja o caso, é evidente que a filiação a organizações voluntárias segue um padrão curvilíneo com a idade, crescendo até a meia idade (40-49 é o pico para homens, 30-39 para mulheres) e declinando depois. Embora esse padrão possa refletir uma diminuição da atividade social com o avanço da idade, em grande parte ele pode ser devido ao fato de os espanhóis com mais de 50 anos terem tido menos oportunidade quando jovens de participar de associações da sociedade civil devido ao franquismo.

Algum desses fatores pode ajudar a explicar a aparente estagnação da atividade associativa na Espanha? Dois padrões complementares são sugestivos. Primeiro, enquanto a participação em associações voluntárias tende a crescer das cidades pe-

quenas para as maiores, isso acontece apenas até certo ponto (em cidades entre 50.000 e 200.000), caindo a seguir (embora não aos níveis das cidades pequenas). "Urbanização" crescente não se transforma linearmente em "sociedade civil" mais densa; simplesmente a "modernização" não aumenta continuamente.

Segundo, enquanto o declínio das relações de vizinhança é inversamente linear à idade, com espanhóis mais velhos tendendo a estar mais estreitamente integrados às suas comunidades locais, o crescimento do associativismo é curvilíneo com a idade. De fato, as relações de vizinhança estão terminando mais rapidamente do que o associativismo tem crescido. Isso pode ser responsável em parte pelo crescimento reduzido e incerto observado na atividade organizacional desde o início da democratização até agora na Espanha.

CONCLUSÕES

A reconstrução de *mentalités* passadas é uma empresa tão imperfeita que nunca saberemos com certeza que proporção da desideologização da Espanha representa uma mudança "objetiva" e que porção reflete a desmistificação de estereótipos associados à lenda negra do fanatismo hispânico. A suavização dos antagonismos entre direita e esquerda ocorreu no contexto de uma prosperidade sem precedentes e de uma transformação maciça da estrutura de classes do país; ela também reflete uma lição sobre os riscos do conflito sem quartel e os benefícios da negociação, aprendida a duras penas.

A descrição da política espanhola como cronicamente polarizada proporcionava pelo menos um modelo interpretativo com um mínimo de verossimilhança. A aceitação dessa imagem dualista pode aumentar o atrativo de outro estereótipo, não completamente implausível, mas ainda insuficiente, que associa o pragmatismo ainda não-arraigado da vida política com a anomia da sociedade civil (Aranguren, 1991).

A charada não é trivial. Os espanhóis estão mais preocupados com o crime nas ruas do que com as disputas entre a esquerda e a direita e a densidade associativa parece ser baixa

na Espanha⁸. Apesar disso o sistema político não dá mostras de que esteja se desestruturando. O que mantém o sistema coeso, além de tempos econômicos favoráveis? Evidentemente uma importante corrente de interpretação da cultura política - a insistência nas normas como cimento da sociedade - precisa ser corrigida.

Vários fatores circunstanciais e teóricos podem ser levados em conta. Consideremos inicialmente o *timing* do processo de democratização na Espanha. O contexto institucional e o equipamento organizacional envolvendo a emancipação da política espanhola do franquismo foram diferentes dos associados às ondas de democratização nos fins do século XVIII, no século XIX e na primeira metade do século XX. Como diversos observadores apontaram, a Espanha adentrou a redemocratização em uma época em que a tecnologia da política de massas - especificamente, os meios de massas - tornou-se generalizada e poderosa (Pérez Díaz, 1991). Na elaboração de estimativas de participação em associações voluntárias, nossa análise implicitamente ressaltou o significado de modos alternativos de orquestrar interesses e opinião pública (Lawson e Merkl, 1988) e estabeleceu a base para pesquisas subseqüentes do papel dos meios de comunicação de massa. Ela reforça a possibilidade de que os veículos institucionais tradicionais da democracia representativa - partidos políticos, sindicatos, etc. - não mais possuam o monopólio funcional da política de massas que podem ter tido anteriormente.

Em segundo lugar, a despolarização acarreta uma certa privatização, isto é, um distanciamento das visões holistas, integradoras e quase redentoras sustentadas pelos maximalistas e pelos simplificadores terríveis da política espanhola. No plano das camadas populares é duvidoso (como a dialética entre Don Quixote e Sancho Pança sugere) que esse estilo político extremista, redentor, tenha tido algum dia grande influência. O que podemos estar assistindo é à confluência de duas forças, uma

⁸ Em 1990 solicitamos aos entrevistados que descrevessem a importância de 5 problemas diferentes. O conflito "entre cidadãos que respeitam a lei e os criminosos" foi o primeiro colocado (55% disseram que isso era muito importante). Em segundo veio o conflito "entre os que têm dinheiro e os que não têm" (muito importante para 37%); a terceira posição era ocupada pelo conflito "entre nacionalidades (Bascos, Catalões e Galegos) e o resto dos espanhóis" (22% de muito importante); em quarto, o conflito "entre os que se consideravam de esquerda e os que se consideravam de direita" (13%) e em quinto o conflito "entre os que seguem a moral e os ensinamentos da Igreja e os que não seguem" (12%).

moderna e outra tradicional. De um lado, os meios eletrônicos podem operar, para alguns espanhóis, como um mecanismo de participação imaginária ou que estimula uma atitude de espectador. Por outro lado, o privatismo como uma versão "de familismo amoral" foi durante muito tempo a pedra de toque da sociedade espanhola (Gilmore, 1987). Em algum momento deve-se tornar uma questão empírica saber se a primeira força mencionada é prejudicial à consolidação democrática e se de fato a segunda é um atavismo subversivo.

Em terceiro, o abrandamento das antinomias acumuladas da política espanhola foi o resultado não apenas da prosperidade e das lições do passado mas também da crescente permeabilidade da cultura espanhola aos valores internacionais veiculados pelos meios de comunicação de massa. A sociedade suborganizada dos últimos anos do regime de Franco não foi protegida da televisão e do turismo. Entretanto, ao mesmo tempo em que a Espanha parece sofrer uma internacionalização da cultura popular, pode também estar passando por um processo em que a organização e a participação política tornam-se mais localizadas. Com exceção do voto, muito poucos cidadãos "agem" nacionalmente em qualquer sistema político. A devolução do poder político para as *autonomias* e os governos municipais da Espanha certamente facilitaram o associativismo local. Isso levanta a questão de como as micro-redes se unem aos movimentos e organizações de âmbito mais amplo.

O panorama ainda relativamente não mapeado do envolvimento local na Espanha também traz uma lição em relação ao estudo da política de massas. A ciência política ainda é afligida por medidas de "confiança" e "apoio ao sistema" que, como os tratados clássicos, todos citam e ninguém lê. Sabe-se que esses indicadores são estratosféricos, vapores platônicos da teoria entendida como elevada, como elaboração intelectual. Os esforços para avaliar a "legitimidade", por exemplo, tendem a transformar-se em um jogo de correlacionar atitudes com atitudes. O mapeamento da morfologia e do fluxo das redes associativas pode proporcionar resultados mais sólidos sobre a cultura política – resultados que se aproximam mais de perto da antropologia sistemática do comportamento e dos significados a ele vinculados – em todos os múltiplos domínios em que as pessoas realmente vivem.

Por último, as diferenciações que documentamos entre as esferas públicas e privada não são peculiares da Espanha (Campbell, Converse e Rodgers, 1976), e podem ser interpretadas como sinais da maturidade da política de massas espanhola. Entre as incertezas que, ao que se supõe, a democracia institucionaliza, os cidadãos podem buscar paraísos de previsibilidade e hierarquização. A democracia claramente torna-se uma conveniência rotineira e remota, favorecendo a tolerância e as garantias procedimentais. Essa compartimentalização pode ajudar a explicar o entusiasmo que não chega a ser irresistível pela democracia no ambiente de trabalho, os sentimentos contraditórios sobre estruturas familiares mais igualitárias e a conexão, difícil de detectar, entre esses domínios e a política com "P" maiúsculo.

PETER MCDONOUGH, SAMUEL G. BARNES, ANTONIO LÓPEZ PINA, JOSEFINA FIGUEIRA-MCDONOUGH. Os autores são professores de Ciência Política na Universidade do Arizona (Peter e Josefina McDonough), da Georgetown University (Samuel H. Barnes) e da Universidade Complutense de Madrid (Antonio López Pina).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adamson, Walter L. 1990. "Economic Democracy and the Expediency of Worker Participation." *Political Studies* 38: 56-71.
- Aranguren, José Luis L. 1991. "Moral Española de la Democracia, 1976-1990." *Claves de Razón Práctica* 1: 2-8.
- Baker, Kendall, Russel J. Dalton, and Kai Hildebrant. 1981. *Germany Transformed: Political Culture and the New Politics*. Cambridge: Harvard University Press.
- Barnes, Samuel H., Antonio López Pina, and Peter MacDonough, 1991. "The Development of Civil Society in Democratic Spain." Apresentado ao 5º Congresso Mundial da The International Political Science Association (IPSA) Buenos Aires.
- Barnes, Samuel H., Peter McDonough, and Antonio López Pina, 1985. "The Development of Partisanship in New Democracies: The Case of Spain." *American Journal of Political Science* 29: 695-721.
- Berger, Susanne, ed. 1981. *Organizing Interests in Western Europe: Pluralism, Corporatism, and the Transformation of Politics*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Booth, William James. 1991. "The New Household Economy." *American Political Science Review* 85: 59-75.
- Bunce, Valeri. 1990-91. "Prospects for a Democratic Transition: The Soviet Union." *Rackham Reports* (Horace H. Rackham School of Graduate Studies, University of Michigan): 52-71.
- Campbell, Angus, Philip E. Converse, and Willar L. Rodgers. 1976. *The Quality of American Life: Perceptions, Evaluations, and Satisfaction*. New York: Russell Sage Foundation.
- Campos, Angel and José Manuel Alvarez. 1990. *Ayer, Hoy y Mañana del 14-D*. Madrid: Confederación Sindical de Comisiones Obreras.
- Converse, Philip E. 1969. "Of Time and Partisan Stability." *Comparative Political Studies* 2: 139-71.
- Dahl, Robert A. 1971. *Polyarchy*. New Haven: Yale University Press.
- Di Palma, Giuseppe. 1970. *Apathy and Participation: Mass Politics in Western Societies*. New York: Free Press.
- Eckstein, Harry. 1980. *The Natural History of Congruence Theory*. Denver, CO: Graduate School of International Studies, University of Denver.
- Esenwein, George R. 1989. *Anarchist Ideology and the Working Class Movement in Spain, 1868-1898*. Berkeley: University of California Press.
- Fiorina, Morris. 1981. *Retrospective Voting in American National Elections*. New Haven, Conn.: Yale University Press.
- Gilmore, David D. 1987. *Aggression and Community: Paradoxes of Andalusian Culture*. New Haven, Conn.: Yale University Press.
- Gunther, Richard, Giacomo Sani, and Goldie Shabad. 1986. *Spain After Franco: The Making of a Competitive Party System*. Berkeley: University of California Press.
- Hareven, Tamara. 1991. "The History of the Family and the Complexity of Social Change." *American Historical Review*: 95-124.
- Hindess, Barry. 1991. "Imaginary Pressuppositions of Democracy." *Economy and Society* 20: 173-95.
- Jackman, Mary R. and Robert Jackman. 1983. *Class Awareness in the United States*. Berkeley: University of California Press.
- Keane, John. 1991. "What's Left of What's Left." *Times Literary Supplement* (June 21): 7-8.

- Kellner, Douglas. 1991. *Television and the Crisis of Democracy*. Boulder, CO: Westview.
- Lawson, Kay and Peter Merkl, eds. 1988. *Weber Parties Fail: Emerging Alternative Organizations*. Princeton, N. J.: Princeton University Press.
- Lannon, Frances and Paul Preston, eds. 1990. *Elites and Power in Twentieth-Century Spain*. New York: Oxford University Press.
- Lewis-Beck, Michael S. 1988. *Economics and Elections: The Major Western Democracies*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Lijphart, Arendt. 1989. "Democratic Political Systems: Types, Cases, Causes and Consequences." *Journal of Theoretical Politics* 1: 33-48.
- Lipset, Seymour Martin. 1960. *Political Man: The Social Bases Of Politics*. Garden City, N. Y.: Doubleday.
- Lipset, Seymour Martin and Stein Rokkan. 1968. "Party Systems and Voter Alignments." In *Party Systems and Voter Alignments*. New York: Free Press.
- Majer, Charles. 1987. *In Search of Stability: Explorations in Historical Political Economy*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Marshall T. H. 1968. *Class, Citizenship, and Social Development*. Garden City, N. Y.: Doubleday.
- McDonough, Peter. 1989. "Lessons and Puzzles of Spanish Democratization." Apresentado na Conferência sobre Eleições e Democratização no Leste Asiático, Institute for National Policy Research, Taipei.
- McDonough, Peter, Samuel H. Barnes, and Antonio López Pina. 1986a. "Economic Policy and Public Opinion in Spain." *American Journal of Political Science*.
- McDonough, Peter, Samuel H. Barnes, and Antonio López Pina. 1986b. "The Growth of Democratic Legitimacy in Spain." *American Political Science Review*.
- McDonough, Peter, Samuel H. Barnes, and Antonio López Pina. 1984. "Authority and Association: Spanish Democracy in Comparative Perspective." *Journal of Politics* 46: 652-88.
- Milosz, Czeslaw. 1991. "A Theocratic State?" *New Republic* 205 (July 8): 27-32.
- Muller, Edward N. 1988. "Democracy, Economic Development, and Income Inequality." *American Sociological Review* 53: 50-68.
- Pérez Díaz, Victor. 1991a. "The Church and Religion in Contemporary Spain." Working paper nº 19, Centro de Estudios Avanzados en Ciencias Sociales, Instituto Juan March, Madrid.
- Pérez Díaz, Victor. 1991b. "La Emergencia de la España Democrática: La 'Invencción' de una Tradición y la Dudosa Institucionalización de una Democracia, *Claves de Razón Práctica* 1: 62-80.
- Remmer, Karen. L. 1990. "Democracy and Economic Crisis: The Latin American Experience." *World Politics* 42: 315-35.
- Sears, David O. and Donald R. Kinder. 1985. "White Opposition to Busing: On Conceptualizing and Operationalizing Group Conflict." *Journal of Personality and Social Psychology* 48: 1141-47.
- Todd, Immanuel. 1985. *The Explanation of Ideology: Family Structures and Social Systems* (Oxford: Basil Blackwell).
- Veliz, Claudio. 1980. *The Centralist Tradition in Latin America*. Princeton, N. J.: Princeton University Press.
- Walzer, Michael. 1988. *The Company of Critics: Social Criticism and Political Commitment in the Twentieth Century*. New York: Basic Books.
- Wilson, Bryan R. 1982. *Religion in Sociological Perspective*. New York: Oxford University Press.
- Wilson, Frank L. 1983. "Interest Groups and Politics in Western Europe: The Neo-Corporatist Approach." *Comparative Politics* 16: 105-23.